



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0092231-0/01**

**Comarca:** Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Reiko Motomashi Melo e outro

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.**

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3 - Embargos de declaração rejeitados.

4 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 0092231-0/01, sendo embargante o Estado de Pernambuco e embargado Reiko Motomashi Melo e outro.

09 - ED nº 0092231-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

R  
5457

178

12  
C



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Acordam os Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, para rejeitar os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 10 de 12 de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0092231-0/01**

**Comarca:** Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Reiko Motomashi Melo e outro

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face acórdão lavrado nos autos da Apelação Cível, em apenso, o qual, no entender do embargante, teria incorrido obscuridade.

Em suas razões, de fls. 02/04, alega o embargante, em síntese, que o aresto embargado é obscuro, vez que "Não restou claro, contudo, se o acórdão decidiu pelo não abatimento dos valores já recebidos pelos autores a título de pensão especial."

Requer, ao final, sejam acolhidos e providos os presentes embargos declaratórios, para que seja solucionada a obscuridade apontada.

É o relatório,

Recife, 10 de 12 de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator





Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0092231-0/01**

**Comarca:** Recife

**Embargante:** Estado de Pernambuco

**Embargado:** Reiko Motomashi Melo e outro

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face acórdão lavrado nos autos da Apelação Cível, em apenso, o qual, no entender do embargante, teria incorrido obscuridade por não deixar claro a questão do abatimento dos valores já recebidos pelos autores a título de pensão especial.

Ainda que considerando os argumentos expostos, verifico que não assiste razão ao Embargante.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer obscuridade a macular o acórdão vergastado, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos.

09 - ED nº 0092231-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

16  
C  
182

A alegação de que não houve menção no julgado concernente ao abatimento dos valores já recebidos pelos autores a título de pensão especial, tenho que não merece acolhida, uma vez que a questão encontra-se devidamente expressa no corpo do aresto, senão vejamos:

**"ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso Necessário e Apelação Cível nº 0092231-0, em que figura como apelante o Estado de Pernambuco e como apeladas Reiko Motomashi Melo e outro.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em dar provimento parcial ao Recurso Necessário para determinar que **sejam deduzidos os valores pagos a título de pensão especial** às apeladas, que a fluência da correção monetária deve ser a partir do arbitramento da indenização, e ainda, para reduzir os honorários advocatícios para o montante de 10% sobre a condenação, mantendo-se no mais a decisão vergastada. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 06 de outubro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães Relator. (GN)"

O descontentamento da parte com o julgado não tem por finalidade tornar cabíveis os embargos de declaração sucessivos, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, como ficou demonstrado, acima, contudo a parte, ora embargante, de forma reiterada, trouxe questão nitidamente desnecessária às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura almeja o embargante modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua

09 - ED nº 0092231-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Por tais fundamentos, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta colenda Câmara, rejeito os presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 10 de 12 de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**